

CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MERTOLA

1

# Arqueologia Medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



**Capa e Design Gráfico: Gil Maia**

**Execução Gráfica: Edições Afrontamento, Lda.**

**Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira**

**Periodicidade: Anual (Nº 1 Fevereiro / 1992; Nº 2 Fevereiro / 1993)**

**Preço de capa: Portugal — Esc. 3.500\$00; Espanha — PTE. 3.800\$00; Resto da Europa — PTE. 4.100\$00; Fora da Europa — 4.700\$00.**

**Edições Afrontamento, Lda — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal — Telefones: (02) 489271, 494880 — Telefax: (02) 491777**

# VESTÍGIOS DO ROMANCE MOÇARÁBICO EM PORTUGAL



MANUELA BARROS FERREIRA

0. Ao percorrer um século de literatura linguística peninsular em busca de informações sobre a linguagem que os cristãos falavam no sul do país antes da Reconquista, a primeira surpresa que se tem é a escassez de estudos sobre o moçárabe no ocidente ibérico. Existe já, no país vizinho, uma vasta bibliografia sobre os dialectos moçárabes que em tempos se falaram no sul de Espanha (cf. Fórneas Besteiro, 1978); porém, entre nós, esses estudos, que requerem um bom conhecimento do latim e do árabe, não levaram por diante o caminho aberto por J. A. Gonçalves Viana (1890-92) nem estão, penso eu, planeados. Tão pouco este pequeno artigo vem dar a público o resultado de um estudo sistemático de fontes, mas apenas sintetizar alguns dados adquiridos e acrescentar um ou outro exemplo recolhido durante o meu próprio contacto com os dialectos actuais do portugueses.

1. A segunda surpresa que me esperava foi a de ver que o estudo do moçárabe não é pacífico. Numerosas perguntas se adensam sobre o assunto, originando polémicas mais ou menos explícitas: existia já um romance no sudoeste ibérico antes da islamização? Havia um latim vulgar, mais ou menos homogéneo em todo o sul? Já haveria diferenciação de zona para zona? O que aconteceu ao que aqui se falava durante os séculos de contacto com o árabe? Desapareceu a linguagem local? Ou qual era a situação linguística do Sul ao tempo da Reconquista? A questão da romanização linguística das províncias romanas, depois do século IV, continua acesa entre os romanistas europeus (cf.

Roger Wright ed., 1991), não me parecendo pois de todo inoportuno atirar mais alguns gravetos a este lume. Nos apontamentos que se seguem refiro-me sempre, salvo indicação em contrário, ao território que hoje corresponde a Portugal.

2. Parece óbvio que o período que medeia entre o século IV e o século XIII não deve ter sido, do ponto de vista linguístico, uniforme. Uma razão para isso está na própria maneira de funcionar das línguas, quaisquer que elas sejam: todas elas, ao que se sabe, evoluem constantemente. Outra razão está na natureza do período histórico em causa, que pôs em contacto, nesta zona, tipos de línguas totalmente diferentes. Embora essa evolução tenha sido, provavelmente, contínua e sem saltos bruscos, para maior clareza começo por distinguir o período anterior à chegada do árabe (clássico, menos clássico, mais dialectal, menos dialectal, não importa) daquele em que

essa língua passou a fazer parte do quotidiano das pessoas. É que não se pode abordar o moçárabe, ou seja, a língua falada pelos cristãos nos territórios arabizados, sem abordar o problema da língua que eles falavam antes de se ter iniciado essa arabização.

3. Ensinam os manuais escolares que seria um «latim vulgar», falado, mais analítico que o latim clássico e com outra pronúncia. Chegou-se a pensar que esse latim teria recoberto e nivelado, «como uma camada de areia homogênea», anteriores diferenças linguísticas, sendo só depois dessa unidade que as línguas hoje românicas teriam começado novamente a divergir (cf. em Harri Meier, 1942, pp. 500 e ss., a refutação desta teoria de W. von Wartburg). Esta opinião, hoje em dia, já não tem defensores. Se o latim falado tinha, em geral, características diferentes das do latim clássico, nada prova ou sequer sugere que essas características fossem as mesmas em

todas as províncias e em todas as zonas dessas províncias. Pelo contrário, o que parece mais provável é que, implantado por gente de origens diferentes em zonas que já tinham as suas linguagens próprias, diferenciadas, não houvesse UM latim vulgar, homogêneo; mas variedades, mais ou menos acentuadas, de uma língua comum. Variedades essas que tanto podiam ser de ordem geográfica como social: o latim, como qualquer língua, *Koine* ou não, tinha, por um lado, os seus zeladores do bem dizer, os conservadores das formas «correctas», que cumprem a função de unificar e uniformizar, no tempo e no espaço, uma língua; e, por outro lado, os seus quotidianos utilizadores, para os quais o que importa, ou melhor, o que funciona, é a capacidade de comunicar que uma língua faculta. A esta dualidade correspondem as duas faces das línguas — a formal e a informal, a escrita e a falada, a «literária» e a «vulgar», a «correcta» e a «incorrecta», a «pura» e a «corrompida». No latim do ocidente peninsular havia, sem dúvida alguma, essas duas faces: uma, veiculada, sobretudo, pelo uso eclesiástico e religioso, que procurava conservar inalteradas as suas características, para cumprir eficazmente a sua função unificadora, trans-linguística; e uma outra, de comunicação livre, que não tinha qualquer pretensão senão a de permitir uma inter-comunicação eficaz. Assim sendo, aparece como extremamente plausível o paralelismo que Versteegh estabelece entre o modo como o latim falado teria evoluído e aquilo que, já mais perto de nós, vemos acontecer quando nascem os pidgins e os crioulos. Segundo esse autor, quanto mais incipiente é o contacto entre duas línguas, mais diferenciação existe, porque no início, cada interlocutor, dominando perfeitamente o seu próprio idioma, apenas aprende do outro aquilo que lhe é absolutamente indispensável para o género de mensagens que pretende trocar. Nessa fase, as simplificações são extremas. É a fase *pidgin*, instável, com um número reduzido de regras, mais um acumular de vocabulário que construção de estruturas. Estas últimas só se desenvolvem com a urdidura do tempo. E se o tempo e as circunstâncias permitem que os *pidgins* passem a ser transmitidos de pais para filhos, então eles vão criando as suas próprias estruturas e evoluem para *crioulos*, diferentes das línguas que inicialmente estiveram em comunicação. Muitas vezes, sobre os crioulos continua a exercer-se, por parte de uma das línguas iniciais — a de maior prestígio — uma pressão descrioulizante, na tentativa de fazer regressar esses filhos desgarrados ao «caminho certo» (Versteegh, 1982). Da coesão e força simbólica das colectividades crioulas depende, depois, a sua evolução para línguas independentes ou para dialectos <sup>(1)</sup>. Algo de semelhante se deve ter passado no sudoeste ibérico, com a ressalva de que aqui, o latim, como língua *Koine*, exerceu a sua pressão descrioulizante durante muitos e muitos séculos. Que existiu no sul do país como língua de cristãos, sem interrupção, nos séculos V, VI e VII, não restam dúvidas, graças às lápides epigrafadas, que permitem uma localização rigorosa. Que a par do latim utilizado na liturgia, mais ou menos uniforme, existia uma linguagem de comunicação mais livre, que era transmitida, numa forma já bastante estruturada, de geração em geração, é uma hipótese que se baseia em alguns outros testemunhos que perderam até nós. De acordo com essa hipótese seria um descendente do latim

falado, já com regras próprias na maneira de construir as frases e pronunciar as palavras, isto é, uma espécie de crioulo romance, o que falariam os habitantes do sul da Península Ibérica no século VIII, no momento em que começou a islamização do território. A maioria dos estudiosos que se têm debruçado sobre o assunto concordam em que não seria igual ao que se falava no norte ou no leste da península — o que implica que as diferenças que hoje existem entre as várias línguas românicas peninsulares não tiveram o seu início a partir da Reconquista, mas muito tempo antes. No que ao português diz respeito, se hoje em dia ele ainda apresenta diferenças regionais, apesar dos sete séculos da sua existência como língua oficial, dos cento e tal anos de unificação veiculada pela escola primária, e de cerca de cinquenta de uniformização ministrada pela rádio e televisão, é de supor que nos séculos oitavo, nono, décimo, onze, doze e treze, antes da criação de uma nova organização do território, a diferenciação territorial dos dialectos romances fosse bastante mais acentuada do que é hoje. Isso não impede, no entanto, que houvesse semelhanças fundamentais entre eles.

4. Nas *Etimologias* de Isidoro de Sevilha encontram-se palavras que são por ele apontadas como «do vulgo» e que são testemunho de um falar diferente da língua escrita. O levantamento das formas «desviantes» em relação ao latim que provavelmente existem nas lápides epigrafadas talvez acrescentasse algo ao pouco que se sabe. No entanto, como atrás se disse, entre este romance e aquele que falavam os cristãos no tempo de dominação árabe — o moçárabe — não existiu nenhum corte brusco. Por conseguinte, as formas de origem latina que se encontram durante a islamização vêm de trás, e não só iluminam o que ao seu próprio tempo diz respeito como a evolução anterior a ele.



5. A palavra *Moçárabe* tem origem no árabe *mustárib*, que é uma das formas de um verbo que significa «tornar-se semelhante aos árabes». Essa palavra era utilizada pelos cristãos para designarem os seus irmãos de crença que viviam entre os mouros e conservavam os seus costumes próprios <sup>(2)</sup>. Aquilo a que se chama «romance moçárabico» designa o conjunto de dialectos neo-latinos — *os romances* — falados nos territórios arabizados da península, e que teriam adoptado algumas formas tipicamente árabes, que ainda hoje funcionam como sinais reveladores da sua origem. Tal é o caso do artigo *al-* (transformado em *a-* antes das consoantes a que os árabes chamavam *solares*: t, d, n, r, l, s, z) <sup>(3)</sup> que aparece mesmo junto de palavras de origem latina. A esse romance chamavam os árabes, por sua vez, *aljamia*, palavra derivada de *ajame*, que significa «estrangeiro». *Aljamia* é, por conseguinte, um termo mais vasto, pois designava, entre os muçulmanos, qualquer língua que não o árabe,

sul. São aliás estes vestígios, aliados a documentação escrita que da Espanha existe, que permitem neste momento desvendar algo do que foi esse período da história da nossa língua.

6. O fenómeno fonético mais citado da zona moçárabica é, como acabamos de dizer, o da conservação do *-n-* e o *-l-* intervocálicos do latim. Isso é visível em topónimos como **Mértola** e **Grândola**, que são geralmente dados como exemplos desse fenómeno. Mais claros são aqueles topónimos que permitem comparar o modo como a mesma palavra latina foi transformada, no sul e no norte: *Molino* vs. *Moinho*; *Fontanas*, *Fontanal*, *Fontanelas* vs. *Fontão*, *Fontainhas*. Entre o vocabulário de uso comum pode apontar-se o modo como as pessoas do sul constroem os diminutivos e palavras derivadas, fazendo ressurgir um *-n-* que existia no latim e que na palavra simples se perdeu: lat. *cane*, *pane* > port. *cão*, *pão*, diminutivos do sul: *canito*, *panito*; lat. *matiana* > port. *maçã*, nome da árvore no sul: *maçaneira*. De notar também que o diminutivo latino *-inu* (que no norte evoluiu para *-inho*) se mantém na linguagem popular do sul, *-ino*: veja-se *malina* e *manina* em vez do nortenho *maninha*; *donina*, *atonina*, em vez de *doninha*, *toninha* <sup>(4)</sup>, entre os numerosos exemplos que poderiam ser dados de conservação de *-n-* etimológico. Parece-me interessante notar que em palavras de origem árabe, logo de implantação mais recente que as latinas, também se constata tratamentos diferenciados, seguindo normas do norte ou do sul: o ar. *ta'ligā*, «saco, surrão», e interpretado, no sul, como *taleiga*, enquanto que o norte trata o *-l-* intervocálico como se fosse um *-l-* latino, isto é, fazendo-o desaparecer: *teiga*. Outro exemplo do mesmo tipo: o ar. *fulan* dá origem a *fulano* mas também a *foão*, que se usou até ao séc. XVII e as formas intermédias, do séc. XI, *folam* e *fulam*. Isto mostra, provavelmente, que a regra nortenha de supressão do *-l-* intervocálico estava em pleno funcionamento no momento em que essas palavras árabes entraram no vocabulário corrente dos cristãos. Um levantamento das palavras que existem no vocabulário rural e conservam o *-n-* ou o *-l-* intervocálicos latinos, acompanhado do estudo da sua actual distribuição no espaço português e do contexto das suas primeiras atestações, dar-nos-ia certamente mais informações sobre o léxico moçárabe. Mas, para já, julgo mais importante indicar outros fenómenos regulares que já foram observados.

embora posteriormente se reservasse esse termo para as línguas que utilizassem a escrita árabe (David Lopes, 1940).

No que diz respeito a Espanha, os escritos árabes mencionavam a existência, por exemplo, da «aljamia de Aragão», «de Saragoça», «de Valência», «do Oriente», «do Andaluz» (David Lopes, 1911, p. 385). Mais recentemente, Galmés de Fuentes (1983) dedica todo um volume às variedades de Toledo, de Maiorca e Valência, de Murcia, de Sevilha e de Granada.

Em Portugal, o moçárabe, tal como a linguagem que o precedeu, tem sido muito pouco estudado. Sobretudo David Lopes, mas também José Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Gonçalves Viana, Harri Meier, M. Paiva Boleo, Clarinda de A. Maia e L. F. Lindley Cintra chegaram a algumas conclusões, nomeadamente a conservação de *-n-* e *-l-* intervocálicos latinos a partir da observação da toponímia e de algumas constantes da actual pronúncia do

7. Começo por apontar algumas das características da fonética moçárabe, comuns ao português, que foram deduzidas do estudo das *carjas* <sup>(5)</sup> andaluzas e de outros documentos (Galmés de Fuentes, 1983):

— Manutenção do *f-* latino: *filio* > moç. *filyo*, port. *filho* (cast. *hijo*)

— palatalização de *-ly-*: lat. *alienu* > moç. *alyeno*, port. *alheio* (cast. *ajeno*).

— Casos de ausência de ditongação de *Ē* e *Ō* breves latinos (paralelamente a ditongações atestadas): *fonte*, *soq<sup>o</sup>ro*, *ferro* (em castelhano *fuelle*, *suegro*, *hierro*).

— existência de *-[u]* final e, por vezes, seu desaparecimento <sup>(6)</sup>: *Tawrel*, *Alcardet*, *Montichel*.



— transformação do grupo *-ct* em *-it*: *noctem* > moç., port. *noite*, (cast. *noche*).

— conservação dos ditongos *ai*, *au*, sob as formas *ay* ou *ey*, e *ou*: *barbayr* ou *barbeyra*; esporadicamente, monotongação: *garbonero*, *ferrero*. São também apontados:

— exemplos de redução do *-LL-* duplo latino a *-L-* simples (paralelamente à sua palatalização): *cólera*, *Ardiles*.

— conservação de *-mb-* (como em leonês e galego-português): *cambeiro*.

— muitos exemplos de sonorização de consoantes surdas intervocálicas: *aradayro* e *aradeyro*, *peščador* <sup>(7)</sup> a par da conservação, mais frequente, dessas mesmas consoantes.

8. Há também a assinalar outras regularidades fonéticas que permitem pôr a hipótese da procedência moçarábica (ou melhor, pré-moçarábica) de bastantes palavras cuja forma não se enquadra nas regras estabelecidas para o galego-português. Por exemplo, a evolução de *c<sup>e</sup>*, *i* latinos para *ch*, em palavras com o *chícharo* < lat. *CICER*, *ERIS*, *chiqueiro* < moç. *širkáir* < provavelmente do lat. vg. *\*CIRCARIUM* < *CIRCUS* (Corominas e Pascual). Outro fenómeno possível nos dialectos moçárabes mas não no galego-português é a manutenção de *i* breve latino como *i*, sem se verificar a sua passagem a *ê* (Corominas e Pascual, sob *alpista* e *guisante*). Outro ainda é a passagem de *-st-* a *ç*, como aconteceu no topónimo *Cacela* < *CASTELLU* «com a terminação

feminina das designações geográficas árabes» (David Lopes, 1910, p. 242) e na própria adaptação peninsular da palavra árabe que tantas vezes vem sendo repetida, *mustacrib* > *moçárabe*.

9. Entre as evoluções fonéticas características da linguagem dos autóctones do sul do país há aquelas em que seguramente existe uma influência da fonética árabe. Isso desde logo as localiza no tempo da maior convivência entre cristãos e muçulmanos.

Dado que o árabe não tem *p*, substitui os *p* românicos por *b* <sup>(9)</sup>. Dessa influência árabe sobre a fonética latina surgiria *baliza* < *palus* (+ sufixo). Teria a mesma proveniência a perda de *-iu* e *-u* finais (a que já atrás se aludiu) que se observa, por exemplo, nos topónimos do sul do país terminados em *-el* e *-er*. *Alconchel* < *al-concīlū*, *Alportel* < *al-portēllu-*, *Alfornel* < *al-furnārīu-* (Joaquim da Silveira, 1940/41, p. 280). Outro fenómeno da arabização das

formas latinas é o da imela, isto é, passagem de *a* > *e*. Ele é visível em topónimos como *Taqus* > *Tejo*. *Pax* (*julia*), no acusativo *Pacem* (*Juliam*) > *Pace* > *Beja*. (David Lopes, 1910, pp. 229-230).

Uma característica fonética do português que foi apontada no fim do século passado (Gonçalves Viana, 1890/92) como de provável influência árabe seria a pronúncia de *s* final de sílaba como *x*. Como é sabido, em todo o território hoje português teria havido, no século XII (e não só), uma pronúncia para os *esses* e outra para o *ç* como ainda hoje, no nor-nordeste e centro-leste). Segundo Gonçalves Viana, a pronúncia do *ç nortenho*, sendo próxima da do *x*, teria sido com este confundida pelos árabes, que assim a modificaram. Pelo seu interesse, reproduzo aqui as palavras de Gonçalves Viana (actualizo a ortografia) «A esta imitação imperfeita e à semelhança acústica entre *ç* e *x*, por uma parte, e *z* e *j*, por outra, é possível que seja devida a palatalização dos *ss*



finais de sílaba, na pausa ou antes de consoante, que prevalece no sul do reino a partir de Coimbra. Assim, *ç* antigo inicial de sílaba passou no português moderno do sul a *ç*, ou *z* quando medial; *ç* antigo final de sílaba a *x* na pausa ou antes de consoante surda, a *j* antes de sonora, ambos atenuados, e a *z*, como em francês, antes de vogal, alteração esta última que naturalmente não foi contemporânea das outras duas. (...) Para a maioria das pessoas do sul passa hoje despercebido que o *s* final de sílaba antes de consoante se profere de modo diferente no norte, conquanto lhes fira a atenção a diferença do *s* inicial, porque é maior» (1890-92, p. 335) <sup>(10)</sup>.

O modo como os mouros pronunciavam os *esses* ficou atestado, como G. Viana faz notar, nas falas que Gil Vicente lhes atribui: «mi no xaber que exto extar,/ mi no xaber que exto xer...»; e ainda hoje há palavras de uso corrente que conservam marcas dessa influência — por exemplo, *desenxabido* que tem origem no lat. vg. \**insapīdus* < *insīpīdus* (Corominas y Pascual, 1980).



10. Percorrendo os índices do *Diccionario Crítico Etimológico da la Lengua Castellana* de J. Corominas observa-se a existência de numerosos sufixos a que é atribuída origem moçárabe. Trata-se de sufixos que não são de utilização regular em castelhano, surgindo preferencialmente nos dialectos do sul da península <sup>(11)</sup>. Passo a indicar aqueles que se encontram também em português:

— Em consequência do fenómeno atrás assinalado (*ce* > *ch*), o sufixo lat. *-aceum* torna-se *-acho*. A palavra lat. *CAPACEUM* (< *CAPAX*, *CAPERE*) dá origem, por um lado, a *cabaz*, onde se verifica, como é habitual no norte, a sonorização de uma consoante surda intervocálica ([*p*] > [*b*]) e a redução de *aceum* a *-az*, e, por outro lado, a *capacho*, onde o [*p*] se mantém inalterado e *-aceum* se transforma em *-acho*. Pode-se igualmente com uma certa segurança atribuir origem moçárabica às palavras *borracho*, *cambalacho*, *gaspacho* e *sangacho*.

Em Malpica do Tejo existe a palavra *arnecacho* para a rela <sup>(12)</sup>. Na vizinha

Espanha, *renacuajo* é um diminutivo de *rana*. Entre nós, *rana* em vez de *rã* está atestada em localidades do sudeste, onde tanto pode ser um moçarabismo como empréstimo do espanhol. Atendendo a estes dados, parece-me possível que *arnecacho* seja uma palavra moçárabe, derivada de *rana*, com o sufixo *-acho* precedido do sufixo *-aco*: *ranacacho* > *\*arnacacho* > *arnecacho*.

— *aco*. Sufixo de origem pré-romana, de reduzida produtividade (tal como *-eco* e *-ico*), e, segundo Corominas, «menos surpreendente quando se aplica a um radical toponómico ou de sentido topográfico» (por ex., *polaco*) <sup>(13)</sup>. Em Mértola, as mantas de tecitura em losangos ou em espinha, em lã castanha e branca, denominam-se «mantas montanhaque». Penso que se trata de um adjectivo de origem topográfica (< *montanha*), tendo o sufixo *-aco* perdido a vogal final *-o*, o que, como vimos, é outra característica moçárabica. *Manta montanhaque* significaria pois, na ori-

existia e através dele, mais ou menos modificada, perdurou. Acerca disto gostaria de dar também um exemplo.

Existe no concelho de Ourique um sítio denominado Pego do Sino. Com este sugestivo nome, uma lenda deveria existir que o explicasse. Ela existe de facto, e é contada por Abel Viana: tesoiros mergulhados, vozes que bradam da fundura, um sino que vem à superfície, dá uma badalada e torna a sumir-se na água. É uma lenda típica das muitas que surgem para justificar um nome cujo significado se perdeu. Porém em latim existe a palavra *sinus* que significa, entre outras coisas, «sinuosidade, concavidade». Nessa palavra tem origem o vocábulo português *seio* e, por derivação, *enseada*. Na passagem de *sinu* > *seio*, a evolução fonética é típica do português: o *ŷ*breve latino passa a *ê*, o *-n-* intervocálico cai, e um *i* semi-vogal desfaz o hiato: *sĭnu* > *seo* > *seio*. Em zona moçárabe onde o *-n-* se conserve e o *ŷ*breve se mantenha como *i*, o resultado do lat. *sĭnu* será, naturalmente, *sino*. Assim, *Pego do Sino* significaria, na origem, «Pego da concavidade», ou melhor... «Pego do Pego». Esta interpretação explica igualmente o topónimo *Corte Sines*, perto do Guadiana, junto a uma importante depressão pesqueira e também, o da conhecida Sines, grande enseada e abrigo da costa alentejana (14).

12. Em contraste com a pobreza da documentação escrita do sul de Portugal, na Espanha abundam as fontes indirectas de estudo do moçárabe graças aos escritos em árabe que contêm informação sobre o assunto e que têm sido objecto de publicação e de estudo. Mesmo numa abordagem breve como esta não se pode deixar de mencionar, para além das obras de medicina, botânica e farmacologia escritas por árabes entre os séculos X e XIII e onde se encontram numerosas designações locais para plantas, bichos e mezinhas, as célebres *carjas* contidas em poemas de autores árabes e judeus do Andaluz. Trata-se de pequenas coplas em língua romance com que terminam longos poemas de panegírico ou de amor escritos em caracteres arábigos e/ou hebraicos (15). Essas pequenas coplas, que vão do séc. XI ao séc. XIV, têm grandes semelhanças com as posteriores «cantigas de amigo» galego-portuguesas. Por isso lhes chamou Menéndez Pidal «cantigas de habib» — pois a palavra *habib*, que quer dizer «amigo», também nessas cantigas é frequentemente utilizada por uma rapariga apaixonada e queixosa. Vemos assim formas de tratamento árabes encaixadas em frases de teor afectivo. Também interessante é o facto de haver numerosos testemunhos medievais em que a forma *iben* — em árabe, «filho de» — acompanha antropónimos romances e/ou árabes (Cf. António Losa, 1982, J. L. de Vasconcelos, 1928). Numa sociedade em que as formas de tratamento árabes se misturam nas frases mais afectuosas e a palavra que indica filiação é árabe, como se explica que esta língua, com todo o prestígio que teve na época, tenha deixado só palavras isoladas, como tantas vezes se tem afirmado, sem ter modificado em nada mais a linguagem latina que a precedeu? Explicar que as palavras *habib* e *iben* tenham desaparecido rapidamente, é fácil: qualquer campo do vocabulário denominativo sofre as vicissitudes da moda, dos costumes e do uso que rodeiam

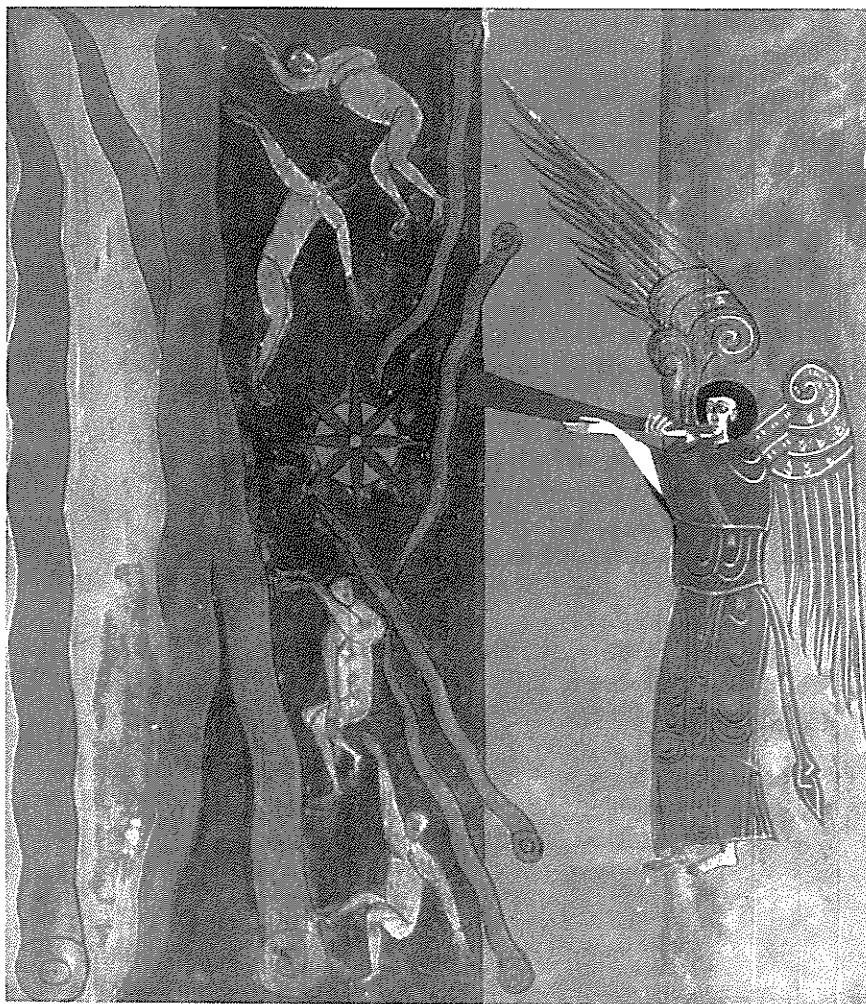
gem, «manta da montanha», «manta serrana».

— *chel*. Um dos exemplos dados por Corominas é *caramanchel* «forma do sul de Portugal, talvez lisboeta». Além destes, Corominas aponta toda uma série de sufixos que apenas enumero: *-eno* < ANUS, INUS: *moreno*; *-ete* (*Alcochete?*, *Marmeleite?*) e *-eto* (*careto*), *-ol* < ŌLUS (e *ola* < pl. ŌLA, por ex. *padiola*). E, finalmente, *-oque*. Galmés de Fuentes, por sua vez, chama a atenção para o que ele interpreta como plurais femininos em *es*, patentes em topónimos como *Silves*.

11. Muito mais seria possível dizer desde já sobre o que teria sido o moçárabe do sudoeste hispânico, apenas com base nos estudos já publicados. Mas mais interessante e urgente seria no entanto pesquisar as fontes escritas, fazer o levantamento do que existe nos dialectos actuais das zonas moçárabes e começar a procurar na toponímia, não apenas vestígios do árabe, mas da linguagem latina que antes dele

a denominação e o objecto nomeado. O que o estudo do moçárabe sugere, pelo contrário, é que houve uma influência bastante forte para, por um lado, contribuir para que se tenham mantido vestígios interessantes de uma antiga identidade linguística do sul e, por outro lado, para influir de certo modo nas mudanças fonéticas — sendo a fonética, como se sabe, menos sujeita a substituições abruptas que o léxico. Sugere também que, em relação à interpenetração romance - árabe, nem sequer tenha havido uma «pidginização» do romance <sup>(16)</sup>. De facto, o que as sobrevivências moçárabes parecem indicar é o grande conservadorismo (em relação ao latim) da língua que se falava no sul antes e durante a dominação árabe <sup>(17)</sup>. No entanto, convém repetir, tudo está ainda por investigar neste vasto campo da história do português.

13. É fácil de constatar que existem semelhanças entre o que é possível saber-se do moçárabe do sul de Portugal e o galego-português arcaico e o leonês. Já em 1911 David Lopes afirmava: «Finalmente, de todas as línguas peninsulares,



aquelas que mais parecem aproximar-se da aljamia moçárabe são a galaico-portuguesa e o leonês ocidental». As investigações mais recentes, todas elas feitas na Espanha, contradizem-no apenas na medida em que não houve uma aljamia moçárabe uniforme, mas variação territorial dentro de um sistema linguístico em que é possível detectar grandes traços comuns. Hoje em dia, o sul do Mondego distingue-se do norte do país por uma série de traços linguísticos. Mas também dentro dessa zona o algarvio ocidental se distingue do alentejano, e o alentejano por sua vez, da zona da Idanha — para não falar senão das zonas «mais marcadas». Hoje, sabe-se que os dialectos não são desvios, mal-falares em relação à língua normativa, mas desenvolvimentos locais de antiquíssimos modos de dizer. Vejam-se as variedades do mirandês que ainda subsistem, como preciosas sobrevivências do leonês antigo — precisamente a língua peninsular que mais traços comuns apresenta com o moçárabe.

Por isso os dialectos podem continuar a ser uma fonte inesgotável de informação num país onde a documentação escrita dos tempos de dominação árabe é extremamente escassa.

NOTAS

- (1) A diferença entre língua e dialecto é, por um lado, de ordem institucional e de modo de transmissão e, por outro, de ordem linguística. A língua aprende-se nas escolas e é o idioma oficial de um povo; um dialecto aprende-se na família e é o meio de comunicação de um grupo dentro de uma língua mais vasta. Este último carácter do dialecto está ligado à diferença propriamente linguística em relação à língua: um dialecto tem as mesmas estruturas gramaticais que a língua de que faz parte, distinguindo-se dela por um pequeno feixe de traços de ordem fonética, fonológica, morfológica e morfo-sintáctica, a que se junta uma variação vocabular. Esse feixe é extremamente variável em quantidade e qualidade.
- (2) Para os muçulmanos, no entanto, esses cristãos eram simplesmente *ajame*, isto é, «estrangeiros» (J. Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, IV, p. 257.).

- (3) O árabe tem 28 consoantes, 14 «solares» e 14 «lunares». São solares as dentais, sibilantes e sonantes, são lunares as restantes. «Sol» diz-se *xamse* e a inicial de *xamse*, x, integra-se nas letras solares, assim como a inicial de *Qamar*, «lua», se integra nas letras lunares. A regra de supressão do -l do artigo *al* é memorizada nas fórmulas *axamsia* (=a+ solar) e *al-Qamaria* (al+lunar). Agradeço esta expliação ao colega do Campo Arqueológico de Mértola, Abdallah Khawli)
- (4) Lindley Cintra, 1983, pp. 72, 74, e Clarinda de Azevedo Maia 1975, pp.123-124. Também nos Açores se encontra, hoje ainda, este diminutivo *-ino*, (por ex., *carnina*) que para ali foi levado, sem dúvida, por colonos do sul de Portugal.
- (5) A descoberta destas carjas foi revelada em 1948 por S. M. Stern na revista *al-Andalus*. Sigo aqui a grafia aconselhada por Herculano de Carvalho na sua recensão crítica a «S. M. Stern, *Les chansons mozarabes*», in *Estudos Linguísticos, Coimbra*, 2ª vol., pp. 289-290, onde remete para J. Piel.
- (6) Em Portugal o -u final desaparece na zona de Castelo Branco-Portalegre, em Alcochete, em outros pontos a sul do Tejo, no Algarve e nos Açores.
- (7) Com a reserva que se tem diante de materiais filtrados por interpretações múltiplas, não posso deixar de apontar que da documentação apresentada por Galmés de Fuentes (1983) me pareceu que existiriam no moçárabe de Toledo mais semelhanças com o português do que no moçárabe de Sevilha. Aliás, a polémica em torno do Glossário de Leiden vem indirectamente confirmar esta semelhança. Trata-se de um dos mais antigos glossários latino-árabes conhecidos. O seu editor, Seybold (1900), pensava que ele teria sido escrito no séc XI em Castela ou em Portugal. Menendez Pidal (Orígenes, & 82) refuta a origem portuguesa e Corominas (Butlleti de Dialectología Catalana, XXIV, p. 5) reafirma-a. Finalmente, S. Pj. van Koningsveld (1977) demonstra ter sido redigido no séc. XII, em Toledo (cf. L. Peñarroja Torrejón, 1990, pp.50-51).
- (8) A conservação das consoantes surdas intervocálicas, tal como a manutenção de -l-, de -n- e de f-, faz parte da série de características conservadoras do moçárabe.
- (9) Como se sabe, é uma regra geral da passagem do latim ao português a sonorização das consoantes surdas (-p- > -b-, -t- > -d-, -k- > -g-), no caso de serem intervocálicas, mas não em posição inicial. Ora o árabe não tem nem p, nem g. Qualquer que fosse a regra dos dialectos romances da zona moçarábica (manutenção ou, em alternativa, sonorização das surdas), ela ficaria perturbada com a interferência deste diferente inventário fonemático.
- (10) Como o próprio G. Viana faz notar, é muito mais difícil perceber a diferença que existe entre x e s apico alveolar no fim de sílaba que no seu início. O facto de s ápico alveolar em início de sílaba não ter evoluído, em português, para x, mas sim para a pré-dorsodental s, pode dever-se a uma influência pela negativa, da pronúncia dos mouros. O facto de o fenómeno da palatalização de -s em final de sílaba não existir na Espanha indica certamente que essa inovação fonética é posterior à constituição da fronteira política Portugal-Espanha.
- (11) Sobre sufixos moçárabes, cf. também Galmés de Fuentes, 1983, p. 326.
- (12) Inquéritos do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza.
- (13) Corominas y Pascual, 1980, sob a palavra *chabacano*.
- (14) O Dicionário Onomástico de J. P. Machado dá o étimo *šīnu-* para Sines.
- (15) Reproduzo, a título de exemplo, duas dessas coplas, na transliteração feita a partir do árabe por Emilio García Gomez (1965, pp. 170-171 e 364-365)

I. Transliteração:  
KM S FLYWL 'LYNW  
NWN MŠ 'DRMŠ 'MW ŠYNW

Decifração:  
KOMO ŠI FILIYÓLO 'ALYÉNO  
NOM MÂS ADORMÊS A MEW SÉNO

Tradução em português:  
Como se [fosses] filhote alheio  
Já não adormeces ao meu seio

## 2. Transliteração

KY FRY 'W KY SRD DMYB

ḤABṬBT

NN Ṭ TLGŠ DMYB

## Decifração

KÉ FAREYÓ, 'ŌW KÉ SÉRAD DE MĪBE

HABĪBĪ!

NON TE ṬOLGAS DE MĪBE

**Tradução:** Que farei eu, ou que será de mim! Amigo! Não te afastes de mim!

Sobre o assunto existe abundante bibliografia espanhola.

- (16) Se antes de aprenderem a falar árabe os cristãos tiveram de recorrer a um pidgin, esse pidgin teria sido de base árabe, porque esta era a língua dominante em termos de prestígio. Pidgin de base românica é aquele de que o falar dos mouros de Gil Vicente dá testemunho — e esse é muito posterior.
- (17) De tal modo que seria de perguntar se muitas das palavras de uso corrente que os dicionários consideram de introdução relativamente recente e de origem erudita não serão antes formas antigas do sul, conservadas.

## BIBLIOGRAFIA

Boléo, M. de Paiva (1951), «Dialectologia e História da Língua», *Boletim de Filologia* (Lisboa), XII, pp. 1-44.

Carvalho, J. G. Herculano de (1969), recensão crítica «S. M. Stern. Les chansons mozarabes», in *Estudos Linguísticos*, Atlântida Editora, Coimbra, vol. II, pp. 289-90.

Cintra, L. F. Lindley (1961), «Áreas lexicais no território português», *Boletim de Filologia*, XX, pp. 273-207 (reed. em *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Sá da Costa Editora, 1983, pp. 107-116).

Cintra, L. F. Lindley, (1981), «Griséu, um moçarabismo algarvio», *Bíblis* (Coimbra), LVII, pp., 65-71 (reed. em *Estudos...*, pp. 107-116).

Coelho, Adolfo (1909), «Origens do Português do Sul», *Serões*, 2ª série, vol. VIII, nr. 46 pp. 317-324.

Corominas, J. e Pascual, J. A. (1980), *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, 5 vols., Gredos, Madrid.

Corominas, J. (1954), «Índices» do *Diccionario crítico etimológico de la Lengua Castellana*, vol. IV, Gredos, Madrid.

Fórneas Besteiro, J. M. (1978), «Elementos para una bibliografía lingüística básica sobre Al-Andalus», *Actas de las Jornadas de Cultura Árabe e Islámica*. Madrid, 1981, pp. 45-107.

Galmés de Fuentes (1977), «El dialecto mozárabe de Toledo», *al-Andalus*, XLII, pp. 183-206 e 249-299.

Galmés de Fuentes (1983), *Dialectologia mozárabe*, Gredos, Madrid.

García Gómez, E. (1965), *Las jarchas romances de la serie árabe en su marco*, Edición en caracteres latinos, versión española en calco rítmico y estudio de 43 moxaxas andaluzas, Sociedad de Estudios y Publicaciones, Madrid.

Guérios, R. F. Mansur (1947), «O romance moçarábico. Vestígios fonéticos do latim meridional», *Língua e Linguagem* (Rio de Janeiro), ano 1, nr. 1, pp. 90-98.

Guérios, R. F. Mansur, (1956), *O romance moçarábico lusitano*, Curitiba.

Koningsveld, S. P. J. Van (1977), *The Latin-Arabic Glossary of the Leiden University Library*, Leiden.

Lopes, David (1910), «Os árabes nas obras de Herculano», *Boletim da Segunda Classe*, Academia das Ciências de Lisboa, III, pp. 50-85 e 198-205; IV (1911), pp. 378-395.

Lopes, David (1940), *Textos em aliamia portuguesa*, Imprensa Nacional, Lisboa.

Losa, Antonio (1982), «Moçárabes em território português nos séculos X e XI: Contribuição para o estudo da antroponímia no «Liber Testamentorum» do Lorrão», in *Islão e Islamismo na Península Ibérica*, Actas do XI Congresso da União Europeia de arabistas e islamólogos, Évora, 1986, pp. 273-287.

Machado, J. Pedro (1949), «Adolfo Coelho e o romance moçarábico», *Boletim de Filologia* (Lisboa) X, pp. 15-21.

Machado, J. Pedro (1946), «O Português e o Romance do sul do Tejo», *Revista da Portugal*, IX, pp. 191-195.

Machado, J. Pedro (s/d), *Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, editorial Confluência, Lisboa.

Maia, Clarinda de Azevedo (1975), *Os falares do Algarve*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia* (Coimbra), vol. XVII.

Marsá, Francisco (1958), «Toponímia de reconquista», *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, I, pp. 615-645.

Mattoso, José (1985), «Os Moçárabes», *Revista Lusitana*, Nova série, 6, pp. 5-24 (reed. em *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Editorial Estampa, Lisboa, 1987 e 1990).

Meier, Harri (1942), «A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas», *Bíblis* XVIII, pp. 497-514.

Menéndez Pidal, R. (1929, 2ª ed.), *Orígenes del español*, Madrid.

Peñaroja Torrejón, L. (1990), *El mozárabe de Valencia. Nuevas cuestiones de Fonología mozárabe*, Gredos, Madrid.

Ribeiro, Orlando (1965), «A propósito de áreas lexicais no território português (algumas reflexões sobre o seu

condicionamento)», *Boletim de Filologia* (Lisboa), XXI, pp. 177-205, reed. in L. F. Lindley Cintra, *Estudos de Dialectologia portuguesa*, Sá da Costa Ed., 1953, pp. 167- 199.

Seybold, C. F. (ed.) (1900), *Glossarium latino-arabicum, ex unico qui exstat codice leidensi, undecimo saeculo In Hispania conscripto*, Berlim (Cf. artigo de J. Corominas em *Butlletí de Dialectologia Catalana*, XXIV, p. 5)

Silveira, Joaquim da, «Toponímia portuguesa», *Revista Lusitana*, XXIV (1921-22), pp. 189-232; XXXV (1937), pp. 50-139; XXXVIII (1940-41), pp. 269-302.

Simonet, F. J. (1889), *Glosário de voces ibericas Y latinas usadas entre los mozárabes, precedido de un estudio sobre el dialecto hispano - mozárabe*, Madrid (reed. Oriental Press, Amsterdão, 1965).

Varvaro, Alberto (1991), «Latin and Romance: fragmentation or restructuring?», in Roger Wright (ed.), *Latin and the Romance Languages In the Early Middle Ages*, Routledge, Londres, Nova York.

Vasconcelos, J. Leite de (1926, 2ª ed. ), *Lições de Filologia Portuguesa*, pp. 17, 290-293, 328.

Vasconcelos, J. Leite de, (1928), «Nomes de moçárabes», *Antroponímia Portuguesa*, pp. 384-387, Imprensa Nacional, Lisboa.

Vasconcelos, J. Leite de, (1908), «Romanço moçarábico», *Revista Lusitana*, XI, p. 354 (reed. em Opúsculos, IV, 1926, pp. 799-800).

Vasconcelos, J. Leite de e M. Viegas Guerreiro, (1958), *Etnografia Portuguesa*, vol. IV , Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 254-298.

Versteegh, Kees (1982), «The origin of the romance languages and the arabic dialects», in *Islão e arabismo na Península Ibérica, Actas do XI Congresso da União Europeia de arabistas e islamólogos*, Évora, 1986.

Viana, Abel (1961), «Nossa Senhora da Cola», *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo*, Beja.

Viana, J. A. Gonçalves (1890-92), «Fonologia histórica Portuguesa», *Revista Lusitana*, II, pp. 332-338.

Viana, J. A. Gonçalves (1892), *Deux faits de phonologie historique Portugaise. Mémoire Présenté à la 10<sup>ème</sup> session du Congrès International des Orientalistes par....*, Lisboa, Imprimerie Nationale (reed. em *Estudos de Fonética Portuguesa*, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1973, pp. 259-265).